



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária do quarto ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezesseis de junho de dois mil e vinte, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Romilson Nascimento Silva para proferir o seguinte texto: Evangelho de Mateus - Capítulo 5, versículos 38 a 42 “Disse Jesus aos seus discípulos: Ouvistes o que foi dito: 'Olho por olho e dente por dente!' Eu, porém, vos digo: Não enfrenteis quem é malvado! Pelo contrário, se alguém te dá um tapa na face direita, oferece-lhe também a esquerda! Se alguém quiser abrir um processo para tomar a tua túnica, dá-lhe também o manto! Se alguém te forçar a andar um quilômetro, caminha dois com ele! Dá a quem te pedir e não vires as costas a quem te pede emprestado.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estava ausente da Sessão a Sra. Tais Camellini Esteves. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em Votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, e da Terceira Sessão Extraordinária, realizada em nove de junho de dois mil e vinte, as quais, foram aprovadas, uma a uma, por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno, apresentou requerimento verbal solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Srs. Vereadores, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER nº 056/2020



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 008/2020, que dispõe sobre a instituição do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na educação e repartições públicas do Município e altera a Lei Complementar Municipal nº 209/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); 2. Ofício DER nº 057/2020 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que prorroga o termo final do mandato dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Fundo Especial de Previdência Social – Jaguariúna Previdência; 3. Ofício DER nº 058/2020 encaminhando a Casa Projeto de Lei, que autoriza o Município de Jaguariúna a executar os serviços de cimbramento para o atendimento de situação emergencial, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer bem como o ofício de retirada; O Sr. Presidente registrou a presença da Vereadora Tais Camellini Esteves. 4. Ofício SEGOV nº 00290/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 058/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando fornecimento de um relatório completo de quando, onde foi e onde está sendo aplicado, atualmente, a importância de R\$ 15 milhões, referente ao empréstimo autorizado pela Câmara Municipal e realizado junto à Caixa Federal, pelo Programa FINISA; 5. Ofício SEGOV nº 00291/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 059/2020 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informações sobre a previsão para colocação de iluminação pública na Avenida Pacífico Moneda, no trecho entre a rotatória da Avenida Rinaldi, próxima à entrada do Condomínio Quinta das Pitangueiras, até as margens da Rod. SP340, com aproximadamente 600m. de extensão; 6. Ofício SEGOV nº 00292/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 060/2020 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informações sobre a existência de projetos para colocação de iluminação pública no canteiro central e a execução de calçadas ao longo da Av. Rinaldi, e previsão para os serviços; 7. Ofício SEGOV nº 00293/2020 acusando o recebimento das Indicações nºs: 069, 070 e 071/2020 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 066/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres 067 e 068/2020 da Sra. Cássia Murer Montagner e 065/2020 do Sr. David Hilário Neto; 8. Ofício SEGOV nº 00294/2020 acusando o recebimento da Moção nº 027/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva de apelo ao Governador João Dória para manutenção do Poupa Tempo no Centro de Campinas; 9. Ofício SEGOV nº 00297/2020 dando resposta ao Requerimento nº 051/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações sobre quais os motivos das contratações de comissionados durante a pandemia, sendo que as contratações foram feitas para cargos dos quais não atuam na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

linha de frente de combate; 10. Ofício SEGOV nº 00299/2020 dando resposta ao Requerimento nº 044/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando encaminhar a Casa cópia das contratações, aquisições e contratos administrativos firmados em virtude do Decreto Municipal nº 4.152/2020, no qual dispensa a realização de licitação por conta da situação de emergência; 11. Ofício SEGOV nº 00300/2020 dando resposta ao Requerimento nº 046/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando relação referente aos investimentos, até o momento, na Pandemia do Covid-19 (Objetivos e/ou finalidades; nomes das empresas; valores gastos); 12. Ofício SEGOV nº 00301/2020 dando resposta ao Requerimento nº 055/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando à ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde, informações sobre qual o motivo de não ter sido feito o repasse do bônus de 40% a mais no salário dos funcionários do Hospital, sendo que o risco é iminente a todos que trabalham na entidade (com cópia ao Executivo Municipal); 13. Ofício SEGOV nº 00302/2020 dando resposta ao Requerimento nº 054/2020 do Sr. David Hilário Neto solicitando à ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde, informações sobre qual o motivo da demissão por justa causa da enfermeira Eliana Maria Seraphim de Oliveira (com cópia ao Executivo Municipal). A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposituras dos Senhores Vereadores: Requerimentos: 1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de fazer o recolhimento do lixo acumulado nos terrenos baldios próximos de casas, chácaras, etc. localizados no Município, mas fora da área urbana conforme específica; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o prazo para a construção da ciclovia do Bairro Florianópolis; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o prazo para construção de passarela sobre a Rodovia João Beira, no bairro Florianópolis, conforme específica; 3. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações atualizadas sobre o andamento e funcionamento da Lei nº 2.495/2018, que autoriza o Município de Jaguariúna a celebrar convênio com o DETRAN-SP objetivando a implantação de pátio municipalizado (“Pátio Unificado”) e a delegação de competências estaduais para execução dos serviços destinados à remoção, guarda e depósito de veículos removidos por infração de trânsito e/ou abandonados em vias públicas, e dá outras providências; 4. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de até 15/06/2020, não foi atendida a Indicação nº 078/2018, de sua autoria, sobre a construção de um ponto de ônibus na Av.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Rinaldi, defronte ao Bon-Netto Supermercados; 5. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quantos casos de subnotificação foram registrados para Covid-19 na cidade de Jaguariúna; 6. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor que o Município deixou de gastar com a paralisação parcial das Secretarias de Juventude, Esportes e Lazer; de Educação e de Turismo e Cultura e para onde foi remanejado este recurso; 7. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações quanto ao custo e atual situação das quadras de tênis no Bairro Guedes; 8. Do Sr. David Hilário Neto solicitando à ASAMAS e Secretaria de Saúde informações sobre qual o valor gasto com aluguel e a reforma do prédio, que antes era ocupado pela UBS do Fontanella, e onde ficará o administrativo e o ambulatório do Hospital Municipal Walter Ferrari (com cópia para o Executivo Municipal); 9. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de tanto retrabalho nos asfaltos da rua Maranhão e do Bairro Bom Jardim; 10. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de volta nos agendamentos e atendimentos das UBS's e do Centro de Especialidades do Hospital Municipal; 11. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a ação que está sendo feita para conter as aglomerações em locais públicos como a Praça Mogi Mirim e as Colinas do Castelo; 12. Do Sr. David Hilário Neto solicitando à Secretaria Municipal de Saúde informações sobre os recursos públicos da Prefeitura Municipal no combate ao Coronavírus, juntamente, com notas fiscais, com todos os gastos feitos pelo Município e os recursos recebidos do Governo Federal (com cópia para o Executivo Municipal); 13. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações da data prevista para a instalação da empresa Qualcomm na cidade de Jaguariúna; 14. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o plano e a previsão para retomada das aulas presenciais em creches e escolas municipais; 15. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor repassado pelo Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal para o combate à Covid-19 e onde está sendo aplicado tal recurso, entre outra questão; 16. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre como serão feitas as contratações para a UBS Tanquinho Velho; 17. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo do não pagamento de aluguel e conseqüente despejo, do antigo prédio de segurança pública localizado na rua Mal. Floriano Peixoto, e quais são os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

prédios locados pelo Município com seus respectivos valores e contratos; 18. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de implantar no Município o Sistema de Hipótese de Diagnóstico para Covid-19, baseado em Inteligência Artificial e Imagens de Raio X (DICON, PNG ou JPEG) de autoria da Universidade de São Paulo-USP, não constituindo ônus aos cofres públicos; 19. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando às Polícia Militar e Polícia Municipal fiscalização do uso de cortantes nas linhas de pipa (com cópia para o Executivo Municipal); Indicações: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal limpeza na guia e toda extensão da rua Laranjeira e demais ruas do Bairro Roseira de Cima; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal colocação de caçamba na rua Laranjeira, esquina com Amoreira, no bairro Roseira de Cima; 3. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal realização de um pré-cadastro para futuras vagas nas creches para todas as crianças recém-nascidas de Jaguariúna, no sistema da Secretaria de Educação, visado criar um banco de dados que possa antecipar a real necessidade de vagas em creches e promover melhor planejamento; 4. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal criação de uma plataforma virtual para os alunos e professores da Escola das Artes. Moções: 1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva de pesar pelo passamento da Sra. Lourdes Lemos, ocorrido no dia 13 de junho, aos 58 anos de idade, nesta Cidade; 2. Dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Alfredo Chiavegato Neto de apelo ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, Sr. David Samuel Alcolumbre Tobelem, Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Dr. Luis Roberto Barroso, para o adiamento dos prazos eleitorais e data de realização das eleições municipais deste ano. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções n°s 63 e 91: pela ordem, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3° do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposituras acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposituras; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposituras, pelo processo simbólico, conforme



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de fazer o recolhimento do lixo acumulado nos terrenos baldios próximos de casas, chácaras, etc. localizados no Município, mas fora da área urbana, conforme especifica, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o prazo para a construção da ciclovia do Bairro Florianópolis, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o prazo para construção de passarela sobre a Rodovia João Beira, no bairro Florianópolis, conforme especifica, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações atualizadas sobre o andamento e funcionamento da Lei nº 2.495/2018, que autoriza o Município de Jaguariúna a celebrar convênio com o DETRAN-SP objetivando a implantação de pátio municipalizado (“Pátio Unificado”) e a delegação de competências estaduais para execução dos serviços destinados à remoção, guarda e depósito de veículos removidos por infração de trânsito e/ou abandonados em vias públicas, e dá outras providências, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de até 15/06/2020, não foi atendida a Indicação nº 078/2018, de sua autoria, sobre a construção de um ponto de ônibus na Av. Rinaldi, defronte ao Bon-Netto Supermercados, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quantos casos de subnotificação foram registrados para Covid-19 na cidade de Jaguariúna, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor que o Município deixou de gastar com a paralisação parcial das Secretarias de Juventude, Esportes e Lazer; de Educação e de Turismo e Cultura e para onde foi remanejado este recurso, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações quanto ao custo e atual situação das quadras de tênis no Bairro de Guedes, em votação foi o mesmo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando à ASAMAS e Secretaria de Saúde informações sobre qual o valor gasto com aluguel e a reforma do prédio, que antes era ocupado pela UBS do Fontanella, e onde ficará o administrativo e o ambulatório do Hospital Municipal Walter Ferrari (com cópia para o Executivo Municipal), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de tanto retrabalho nos asfaltos da rua Maranhão e do Bairro Bom Jardim, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de volta nos agendamentos e atendimentos das UBS's e do Centro de Especialidades do Hospital Municipal, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 12. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a ação que está sendo feita para conter as aglomerações em locais públicos como a Praça Mogi Mirim e as Colinas do Castelo, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 13. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando à Secretaria Municipal de Saúde informações sobre os recursos públicos da Prefeitura Municipal no combate ao Coronavírus, juntamente, com notas fiscais, com todos os gastos feitos pelo Município e os recursos recebidos do Governo Federal (com cópia para o Executivo Municipal), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 14. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações da data prevista para a instalação da empresa Qualcomm na cidade de Jaguariúna, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 15. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o plano e a previsão para retomada das aulas presenciais em creches e escolas municipais, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 16. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o valor repassado pelo Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal para o combate à Covid-19 e onde está sendo aplicado tal recurso, entre outra questão, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 17. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre como serão feitas as contratações para a UBS Tanquinho Velho, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 18. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo do não pagamento de aluguel e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

consequente despejo, do antigo prédio de segurança pública localizado na rua Mal. Floriano Peixoto, e quais são os prédios locados pelo Município com seus respectivos valores e contratos, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 19. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de implantar no Município o Sistema de Hipótese de Diagnóstico para Covid-19, baseado em Inteligência Artificial e Imagens de Raio X (DICON, PNG ou JPEG) de autoria da Universidade de São Paulo-USP, não constituindo ônus aos cofres públicos, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 20. Requerimento do Sr. Cristiano José Cecon solicitando às Polícia Militar e Polícia Municipal fiscalização do uso de cortantes nas linhas de pipa (com cópia para o Executivo Municipal), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 21. Moção do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva de pesar pelo passamento da Sra. Lourdes Lemos, ocorrido no dia 13 de junho, aos 58 anos de idade, nesta Cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 22. Moção dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Alfredo Chiavegato Neto de apelo ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, Sr. David Samuel Alcolumbre Tobelem, Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Dr. Luis Roberto Barroso, para o adiamento dos prazos eleitorais e data de realização das eleições municipais deste ano, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por seis minutos e cinquenta e cinco segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. José Muniz, que a passou; tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, o Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras e todos senhoras e senhores, aos servidores da Casa, a todos que os acompanhavam e disse que iria usar aquele tempo para falar a respeito da mobilidade urbana, e que o Município demarcou na Avenida Antonio Pinto Catão, paralelo ao canteiro, as vagas de estacionamento, e que achava que até tinha ficado bom, só que o problema, e parabenizou ao José, e repetiu que, só que o problema, e eles tinham que estar cobrando também, e tinha uma lei de autoria do Vereador Silva, naqueles pontos lá, as pessoas estavam estacionando sobre a passagem de pedestre, e que ficou mais complicado, ainda, para o pedestre que passava pela avenida Antonio Pinto Catão, porque ficou estreito onde os carros transitavam, porque com a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

autorização do estacionamento margeando o canteiro central, e as pessoas continuavam parando sobre a calçada, mães com carrinhos e que fosse um cadeirante, não tinha condições de dividir o espaço que já tinha ficado estreito com os veículos; disse achar que a Prefeitura precisava, também, pensar nos pedestres, não só no trânsito e estacionamento de veículos; a mobilidade urbana não podia ficar restrito aos veículos, tinha que se pensar, principalmente, no cidadão que se deslocava e ali não tinha outra alternativa, tinha que ir para a rua, infelizmente; disse já ter dito isso, que o jaguariunense tinha essa fama de andar na rua, era porque não tinha local adequado para ele transitar; disse que achava que precisava tomar uma providência urgente, e que tinha a legislação, e era só a Prefeitura se mobilizar em relação a isso; comentou que o projeto de lei que o Vereador Silva apresentou, os Vereadores alteraram para melhorar, e era preciso colocar em prática aquilo lá, senão não adiantava nada, os Vereadores legislavam e a Prefeitura não cumpria; disse que queria fazer essa cobrança ao Executivo Municipal para que pensassem, também, nos pedestres; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo que ela gostaria de fazer uma observação ali, que ela vinha observando, não vinha falando nada nas sessões que já tiveram, ela vinha só observando, e que se ela estivesse errada, que alguém a corrigisse; disse que para a Covid-19, para Jaguariúna, vieram quase sete milhões e perguntou se não tinha sido, e que foram quase sete milhões; disse que as pessoas a procuraram, as pessoas foram na UPA, passaram, recomendaram Dipirona, tiveram que ir em outras cidades fazer o teste, deu positivo, vieram para a cidade, não conseguiram atendimento nenhum, e que era isso que a deixava revoltada; disse que ela estava com o seu amigo, Juninho Luporini, internado, e que a família a procurou, ele estava internado, e que tinha dado os sintomas Covid, ele estava em Campinas, foi transferido para São Paulo, e que eram treze mil reais por dia, e repetiu, treze mil reais por dia a família iria ter que pagar, e que eles estavam ali fazendo rifa, estavam fazendo “feijoada do bem”, para ver se conseguiam arrecadar aquele dinheiro para poder pagar a internação do menino por dia, treze mil reais, e disse que era muito dinheiro; falou que gostaria de pedir ao Prefeito, aqueles sete milhões que vieram para Jaguariúna, que ela nem sabia onde estava; fizeram um Hospital de Campanha maior que a UPA, não sabia para quê; disse que tinha visto o depoimento de um pessoal que foi no jornal falar sobre a Covid, que não teve atendimento nenhum, que tiveram que ir para fora, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

perguntou: onde estava esse dinheiro? Cadê aquele dinheiro que era para tratamento do pessoal de Jaguariúna? Disse que as pessoas tinham que buscar tratamento em outra cidade, e que o menino estava ali, entre a vida e a morte, entubado, e precisava de treze mil reais por dia, e perguntou se o pessoal não pensava nisso, e os casos só estavam aumentando, aumentando, e dinheiro entrando para a cidade, e que era uma vergonha, disse a todos, e que dali a pouco as pessoas estariam morrendo ali, e o dinheiro que era para ser usado, ninguém usava; falou a todos que ela estava decepcionada, decepcionada mesmo; entre outras coisas disse que teve o caso de uma senhora que faleceu e colocaram “Covid”, e que a família daquela pessoa veio procurá-la, falando que era tudo mentira, não foi Covid, foi outra coisa que levou ao falecimento daquela senhora, e que aquilo era uma vergonha, uma decepção; disse que, infelizmente, e pediu desculpas, aquela gestão estava acabando com o pouco que restava da cidade; desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva dizendo que ele tinha apresentado uma moção para uma pessoa que, infelizmente, não estava mais com eles, era uma pessoa muito querida em Jaguariúna, na Igreja Católica, era a Lourdes, aliás, ele tinha feito amizade com a Lourdes, não foi na Igreja, ele tinha feito amizade com ela, porque ela trabalhava em Campinas, e ele sempre observava aquela pessoa que era muito comunicativa, falava com todo mundo no ônibus, ela sempre ia na frente, ela descia ali na Orozimbo Maia, na avenida Orozimbo Maia, depois do Paulistão, mas o pessoal estava lá atrás a cumprimentava, dava tchau pra ela, tudo, e aí ele fez amizade com ela lá, e depois que começou a batizar os netos, que ele ficou a conhecendo na Igreja; disse que era uma pessoa muito querida, os Vereadores ali a conheciam, aliás, ele tinha apresentado a moção, mas achava que era importante a Câmara inteira assinar pela pessoa que a Lourdes era, pelo trabalho que ela tinha na Igreja, na Comunidade, e que ficava muito triste com aquela perda para a Comunidade ali de Jaguariúna; a seguir, disse que ele tinha ficado ali batendo na questão do “Poupatempo” em Campinas, e que Jaguariúna acabava usando, porque fechou no centro e que ele tinha explicado aquela história ali, e parecia que tinha uma luz no fim do túnel, a Prefeitura iria doar uma área que seria no prédio da Prefeitura mesmo, de quatrocentos metros quadrados, para instalação do “Poupatempo” lá no centro de Campinas, e que ainda ia para o PRODESP, que era o órgão ligado ao Governo do Estado para aprovação daquela área, mas era uma luz no fim do túnel e claro que iria precisar, como ele já tinha dito, da análise daquele órgão, mas que eles reuniram várias Câmaras, entre as quais Jaguariúna, para que eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

também fossem atrás disso, porque eles utilizavam, os moradores da cidade acabavam utilizando aquele “Poupatempo” e era importante ter isso lá no centro de Campinas; disse que o Prefeito lá, através de uma Comissão que foi criada pela Câmara de Campinas, foram lá conversar com o Prefeito Jonas Donizete e foi cedida essa área, mas era claro que tinham os trâmites legais para se concretizar aquela doação, mas já era alguma coisa naquela confusão toda do fechamento do “Poupatempo”; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou ao Sr. Presidente, aos nobres Colegas, funcionários da Casa, senhoras e senhores que os acompanhavam pelas redes sociais, e que ele estava ali pensando se ele iria falar ou se não ia, enfm, mas era a última sessão ordinária do semestre, confirmou com o Sr. Presidente, talvez eles só voltariam em agosto, e talvez, não, se Deus quisesse eles voltariam em agosto, e, provavelmente, independentemente daquilo que iria acontecer, não sabiam ainda, podia ser que eles já estivessem no momento eleitoral, que antecedia um momento eleitoral, ou não, haja visto a moção que o Presidente apresentou juntamente com ele, e o agradeceu por ter lhe oferecido para assinar junto, solicitando do Congresso, do Senado, uma agilidade naquela questões para que, realmente, eles não ficassem ali naquele impasse; disse que gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer que ele era um pré-candidato à Prefeitura do Município de Jaguariúna, com seus vinte e quatro anos de vida pública, e gostaria de pedir às pessoas que, a partir daquele momento que acabava se propondo, mais uma vez, a um cargo público, que se ativessem com relação ao papel deles, ao trabalho, perante à atividade pública, e não fizesse de circunstâncias particulares algo a ser colocado numa discussão política, haja visto o que aconteceu nas redes sociais durante o dia anterior e naquele, com relação a sua pessoa, e que sabia que era um “fake” e que ali na Casa estava sempre bem combatido aquilo por parte dos nobres Pares, mas que se analisasse ou criticasse, enfim, aquilo que ele, realmente, desempenhou ao longo dos seus vinte e quatro anos de vida pública, e esperava que, realmente, isso fosse um motivo para que todos analisassem a conduta, não só dele, mas de todos aqueles que pleiteavam chegar a um cargo no Município de Jaguariúna, tanto no Legislativo quanto no Executivo; disse que ele não ia nem tecer mais comentários com relação a isso, porque a pessoa que ali tecia seus comentários, não era aquilo que era, realmente, não era aquela pessoa e que eles não sabiam nem quem estava falando ou respondendo, enfim, e que era uma pena, mas como se levantava a bola, ele precisava cortar, e aproveitava a oportunidade, realmente, para dizer que ele era pré-candidato ao Governo Executivo, com





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

maior orgulho, tinha ao seu lado o seu pai, que estava fazendo de tudo e já estava andando, ainda, fazendo campanha, e que ele, Fred, falava para ele ter calma, que não era o momento, nem se podia sair, era para ter um pouquinho de paciência, mas ele, seu pai, estava muito mais eufórico do que ele, Vereador, e eles, em breve, dependendo de como iria acontecer o calendário eleitoral, em breve ele gostaria de colocar as suas propostas para que a Comunidade pudesse analisar, dentre todos os outros pré-candidatos que existiam no hoje que, futuramente, concorreriam ao cargo; desejou a todos, indistintamente, uma boa campanha, iria tentar ser o mais ético possível, como ele sempre disse a todos, que ele iria falar dele, do que ele propunha como candidato a Prefeito, e esperava que todos fizessem o mesmo, e que eles, conjuntamente, combatessem pessoas que, realmente, queriam os denegrir, porque se falar com alguém que lhe dava a oportunidade de rebater, era gostoso, se ter a oportunidade de falar ou responder aquilo que ela estava indagando, e que se ia responder para quem não se sabia quem era, era difícil, não era justo; disse esperar que todos compactuassem disso e não permitissem que a campanha partisse para outro lado, porque, realmente, quem perdia com isso era a comunidade; disse que eles tinham várias áreas do município que eram áreas que estavam com problemas e esperava que as soluções fossem apresentadas através de propostas de governo, e que sabia que muitos estavam tentando elaborar suas equipes, mesmo porque eles não conseguiam nem montar equipe em virtude de todas as circunstâncias que estavam acontecendo, daí a preocupação deles mais uma vez com relação ao calendário eleitoral, mas gostaria de utilizar daquele espaço, haja visto que ele não tinha Facebook, ficava sabendo pelas pessoas daquilo que lhe informavam, e que gostaria que as pessoas que pudessem, que os assistiam, ou compartilhavam das imagens deles, pudessem divulgar o que ele estava falando, que ele era pré-candidato ao cargo de Prefeito do Município de Jaguariúna, juntamente com o Fernandinho Português, que fazia parte do seu Partido, concorreriam numa prévia eleitoral, e esperava que, democraticamente, o Partido escolhesse aquele que bem entendesse para disputar, mas ele ficaria muito honrado em ser escolhido, e tinha certeza que, se fosse eleito, voltava a dizer e falava para os seus amigos que, em um ano, conseguiria mudar a cara da cidade, porque eram situações poucas, que se podia fazer e pequenas, que revertiam um ganho enorme para a população; disse que o que estava faltando, realmente, ao seu ver, era um pouquinho mais de atenção àquelas áreas que eram críticas no Município, e eles estavam vendo que, em virtude dos problemas que estavam acontecendo, principalmente, o problema da Saúde,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

muitas áreas estavam ficando a desejar, e que ele falava que era um pouquinho de atenção, era pouca coisa, e que não precisava e dinheiro eles tinham, era, realmente, o zelo pela cidade, que iria fazer a diferença, e isso iria poder comprovar ao longo desse período eleitoral, com as suas propostas; disse que esperava que as pessoas que os ouviam, Colegas, pudessem passar a mensagem a dentro: ele era um pré-candidato, e que muitas pessoas perguntavam para ele, se ele iria sair mesmo, e ele dizia que iria sair, e que agora ele podia sair, seu pai não fazia mais parte, não queria mais fazer parte de ser candidato, então, abriu-se a oportunidade para ele, até então ele não podia, enquanto ele exercia um cargo no Executivo, a Legislação não lhe permitia, e no hoje, sim, ele não faria mais parte, apesar dele estar o convidando para ser candidato a Vereador e que ele achava que a pessoa dele fazia parte do cenário político de Jaguariúna, mas ele estava analisando para dar a resposta, não sabia se iria ou não, e que ele esperava assumir, em breve, o cargo que ele sempre obteve em Jaguariúna, graças à votação da população (o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado); O Vereador agradeceu o tempo e agradeceu às pessoas que davam a oportunidade para eles falarem a respeito de política; muito agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, nobres Pares, funcionários, pessoas que os assistiam, e que ele só queria ali falar um pouco das suas indicações e requerimentos, a respeito da ciclovia e também da passarela do bairro Florianópolis, uma vez que já, há um longo tempo já se sinalizou para que isso desse sequência e viam que estava tudo parado e precisava agilizar esse lado para a população daqueles bairros que tanto necessitavam por lá; enalteceu, ali, as palavras do nobre Colega Fred, o parabenizou pela decisão, a política era assim, eles disputavam nas urnas, a população escolhia, mas, infelizmente, vinham esses “fakes”, muitas vezes nem eram “fakes”, mas não sabia o que as pessoas pensavam, já criticaram o Fred, já viu criticando o David, e, naquele dia, também questionaram a sua pessoa na questão daquilo que ele fazia havia mais de vinte anos, que era o meio da comunicação, todo mundo o conhecia como radialista, trabalhou na “BandTV”, mas, enfim, ele até tinha falado para a Alzira, que para aquela pessoa ele só iria fazer o trequinho ali, que como o Evangelho, a Palavra de Deus encaixava as coisas, e que chegou na Casa e estava até comentando com o David, que ficava chateado porque ele não procurava intervir muito nas redes sociais, e aí apareciam os “fakes” da vida, inclusive, uma pessoa lá comentou que nunca o viu, esteve na Casa, e analisaram o problema dele, mas tudo bem; disse que no Evangelho de Mateus ali, e que só gravou um trequinho



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para aquela pessoa: “Não enfrenteis quem é malvado! Pelo contrário, se alguém te dá um tapa na face direita, oferece-lhe também a esquerda!” Disse que assim foi Jesus, tomou um tapa, deu a outra, e que aquele era o papel deles ali, eles estavam num ano eleitoral, boa parte ali tinham candidatos a prefeito, os quais desejava boa sorte, tinha candidato a reeleição de Vereador e as urnas estavam ali e o povo estava aí para votar, para escolher, e que era difícil, pois quando começava a chegar próximo às eleições, iam aparecendo aquelas pessoas que tentavam, de alguma maneira, prejudicar, e que ficava chateado, mas fazia parte da vida deles, e que ele fez a parte dele e todos que o procuraram nos seus mandatos, ele procurou sempre ajudar, e que tinham certas coisas que eles não podiam fazer também, muitas coisas, às vezes, se extrapolavam, não era nem papel do Vereador, e o que coube ao Vereador, ele fez; fez muito para a Casa, para a cidade, e eles eram prova disso do tempo que ele estava ali, mas, enfim, agradar a todos era difícil, mas como era a última sessão, desejou bom recesso a todos eles, e que pudessem voltar em agosto com a Casa cheia, com o Plenário cheio, que a epidemia já estivesse passado, onde ele queria reforçar e pedir a todos que respeitassem a questão da máscara, a coisa estava feia, e que, naquela semana que passou, viu amigo deles, próximo, e que era difícil, e que queria falar do colega deles, que trabalhou na Prefeitura, o Juninho Luporini e que, naquele dia, já tinha sido desentubado e que fizeram, naquela semana, uma corrente de oração, às dezenove horas para ele, todo mundo rezando, e que ele com sua mãe na enfermidade, ela rezou para ele, porque ela o conhecia, e disse que era só Deus para ter misericórdia e melhorar essa situação; falou que achava que era aquele momento das pessoas, das famílias, se apegarem mais dos próximos, da família, e também se apegar a Deus, e que falava o próximo, porque se estava tudo bem, eles pegavam saíam, ele gostava de andar a cavalo, um ia dar volta a cavalo, outro ia jogar bola, outro ia cantar, confirmou com o Magrão, só que naquele momento, não, não se tinha onde ir, não tinha, confirmou com o Fred, e que aquele foi o momento; pediu a todos que, realmente, respeitassem, a situação estava complicada, e não escolhia idade; desejou que Deus abençoasse a todos, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todas e a todos, a todas e a todos de casa, cumprimentou às funcionárias e funcionários da Casa, seus nobres Colegas, Senhor Presidente; disse que ela também queria se solidarizar com todas as vítimas do Coronavírus e que em Jaguariúna já acusava seis óbitos, e fora as pessoas que estavam sofrendo e fora essa expectativa, e como o problema não estava resolvido, todo dia todo mundo tenso, quem iria ser o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

próximo, como iria desenvolver a doença, enfim, e ainda, por cima, complicando tudo, uma crise econômica gigante, e que naquele dia vieram números apavorantes da queda que o Brasil iria ter na economia, e que era assustador tudo aquilo que eles estavam passando, então, era torcer, era rezar, era se solidarizar por ainda não saber qual seria o fim de tudo isso; disse que, no seu caso, ela queria falar do outro lado, na questão do seu mandato, e que ela era marinheira de primeira viagem como Vereadora, ela tinha uma carreira na Educação, onde ela chegou até a ser a Secretária de Educação no mandato anterior do Prefeito Gustavo Reis, o que foi uma coisa, que ela gostou também, de fazer, e que ela achava que tinha conseguido produzir muita coisa nisso, e que agora, como Vereadora, ela também vinha gostando da experiência, e que ela achava que eles dialogando com o povo, se conseguia realizar muita coisa, e que ela estava ali fazendo uma pequena reflexão, já que, naquele dia, era a última sessão ordinária do semestre e depois eles tinham só mais um semestre, e ainda no meio do semestre eleições, se o calendário se mantivesse, e que ela pinçou só algumas coisas, no sentido de que ela vinha tentando fazer um mandato propositivo, um mandato que ela dialogasse com as pessoas, e que ela fazia indicações, fazia moções, visitava as pessoas, visitava os problemas que as pessoas indicavam que tinham, e daí tentava alertar os Secretários, os funcionários da Prefeitura para atender às pessoas, e ela pinçou três leis que foram sugeridas por ela, que ela achava que foram boas, que foram positivas, a questão do cemitério que ela fez junto com o Vereador Waltinho, que eles fizeram em conjunto, que deu a possibilidade, e que muita gente não conseguia comprar lá a terra na hora que a pessoa morria e aí com essa lei que pôde comprar em trinta e seis meses, abriu-se aquela possibilidade, então, era uma questão de sensibilidade; outra questão, também, que ela ajudou a APAE e outras entidades, também, na questão de não precisar pagar água e esgoto, porque, às vezes, na casa deles a tarifa de água, realmente, não era alta, mas quando se pegava uma entidade como a APAE, era considerável, uma economia boa; resolvia o problema, perguntou; disse que resolvia um pouco do problema, e que conseguiram aprovar a legislação junto com todos os Colegas ali, que a APAE não precisava mais pagar água e esgoto, então, dava um fresco, e falando até do Vereador Fred que mencionou a questão de “fake news” e que ela também achava uma coisa muito séria e muito grave, e eles aprovaram uma legislação ali na Casa, dentro do que era possível aprovar, mas pelo menos eles levantaram a discussão, existia uma lei na Câmara, e achava, realmente, muito grave isso, porque essas “fake news” não se preocupavam





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

com a reputação das pessoas, das entidades, elas iam destruindo tudo, elas iam passando como um trator por cima e ela achava, sim, que eles tinham que lutar contra isso, porque a internet, fofocas, essas coisas, sempre tinham, nunca foi legal, mas a internet ampliou isso, ela era capaz de destruir uma reputação, só em cima de mentiras, e que ela achava que eles tinham que lutar, e uma lei de sua autoria, também propiciou que eles fizessem ali na Câmara uma lei anti “fake news” e provocando a discussão; disse que era isso, eles estavam indo para o último semestre daquele mandato, e ela entendia que o seu mandato vinha sendo positivo, naquele sentido, então, era uma luta que ela gostaria de ter a oportunidade de poder continuar; muito agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de agradecer a população, também, e que, às vezes, falavam que ele exagerava nas suas postagens, que ele colocava muita coisa, mas, disse a todos, que ele não conseguia, mas graças a Deus ele tinha muitas ações simples ou não simples, mas tinha; trabalhava bastante, estava com o coroa vermelho de andar para a rua, não se escondeu em pandemia, não fazia visitas, porém, apoiava famílias fazendo a ligação do Poder Público com as famílias mais carentes, que tinha muitas famílias que não sabiam os direitos que tinham e que ele queria agradecer por estar tanto na internet, tinha poucos ataques, graças a Deus, e que, enquanto, tinham um “fake”, tinham duzentas, trezentas pessoas de bem, que também os apoiava; disse que iria falar rapidinho, e que queria agradecer também o apoio que ele teve, durante a pandemia, e que seria uma coisa simples, porém, não era brincadeira, era criminosa, e que durante aquelas andanças nos bairros, ele viu o excesso de pipas com linhas cortantes, e que ele disse que iria falar sobre a lei que já existia desde dois mil e quatro do Vereador Luiz Carlos de Campos, e leu a Lei número um mil, quinhentos e quarenta e um. “Proíbe o uso de cerol ou de qualquer material cortante em linhas ou fios usados para empinar pipas no município de Jaguariúna e dá outras providências. Tarcísio Cleto Chiavegato, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.” E disse que aquela lei era de dois mil e quatro. “Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º - Fica proibido no Município de Jaguariúna o uso de cerol ou de qualquer material cortante em linhas ou fios usados para empinar pipas ou similares, bem como, o uso de tais materiais na própria pipa e nas rabiolas das mesmas. Parágrafo único - Entende-se por cerol o produto originário da mistura de cola de madeira com vidro moído. Art. 2º - Ao infrator do disposto no artigo anterior serão impostas as seguintes penalidades, observando-se os critérios: I -





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

se maior de idade: a. apreensão do material instrumento da infração - manivela ou carretilha, linha pipa ou similares; b. multa de R\$ 100,00 (cem reais); c. multa em dobro, em caso de reincidência. II - se menor de idade: a. apreensão do material instrumento da infração - manivela ou carretilha, linha, pipa ou similares; b. advertência, por escrito, aos pais ou responsáveis por parte da autoridade fiscalizadora, na primeira vez que for cometida infração a esta lei; c. multa de R\$ 100,00 (cem reais) aplicada aos pais ou responsáveis, no caso de reincidência. Art. 3º - Qualquer pessoa do povo poderá solicitar”, não apreender, não fazer nada, só solicitar a presença da “Guarda Municipal ou das autoridades fiscalizadoras do Município, ao constatar o uso dos materiais descritos no art. 1º desta lei.” A seguir, passou os telefones de emergência: Polícia Militar, cento e noventa; fixo da Polícia Militar: três, oito, meia, sete, onze, noventa; Polícia Municipal, um cinco três. Agradeceu a todos, dizendo que não era proibição contra pipa, e sim o que podia matar que era o cerol nas linhas; desejou que Deus abençoasse a vida de todos e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, nobres Colegas, Presidente da Casa, público que os acompanhavam de casa, e disse que ele gostaria de agradecer ao Executivo que, eles viram na divulgação do dia anterior que iria aumentar a quantidade de testes na população, e que estava sendo uma luta constante deles na Casa, e que estava trazendo já há algumas sessões para cá e que era isso que os fazia continuar na vida pública, era conseguir lutar pelas pessoas e realizar aquilo que elas precisavam nos momentos mais adequados; disse que achava que eles tinham sido ouvidos, tanto o clamor deles, da Casa, quanto o clamor da população, a importância da testagem em massa, porque isso, sim, conseguia controlar essa pandemia; disse que esperava serem ouvidos em outras questões, como ele vinha batendo havia bastante tempo, a urgência de reabrir a questão das agendas das UBSs e do Centro de Especialidades do Hospital; disse que as outras doenças não deixaram de existir, muitas pessoas estavam lhe procurando, que estavam com outros problemas, ortopedia parada, cardiologistas parados, só casos de extrema urgência, só que eles sabiam da importância da prevenção, então, um serviço tão útil quanto o serviço médico ser suspenso, que fosse parcialmente, ao seu ver, era uma inconsequência; disse que já tinha feito aquela solicitação havia algumas semanas atrás, retomava aquele pedido, porque isso era inadmissível, eles verem situações como aquelas, as pessoas não conseguindo marcar uma consulta, e as outras coisas estavam abertas e um serviço tão útil quanto aquele estar de portas fechadas; disse que um outro tema bastante discutido nas redes





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sociais, naquela semana, foi que na semana anterior ele falou que o Hospital de Campanha da cidade não parecia um Hospital de Campanha, aí apareceu um servidor da Prefeitura que falou que ele, David, estava equivocado e mal informado, que o Hospital de Campanha não era um Hospital de Campanha e sim uma Unidade de Campanha; disse que daí ele foi buscar as matérias veiculadas pela Prefeitura, pela CBN, pelo Jornal da Cidade, e em todos os locais falavam “Hospital de Campanha” e que ele assumiu uma falha do Executivo, que Jaguariúna não tinha Hospital de Campanha, existiam alguma tendas simplesmente com o serviço de triagem, mas nada além disso; disse que era muito bom deixar isso esclarecido, porque o erro foi feito pelo Executivo, tentaram imputar o erro a ele, Vereador, mas eles se esqueceram de apagar as matérias antigas e que era bom a população saber que o Hospital de Campanha de Jaguariúna não existia, e que isso sim, era “Fake news”; disse que uma outra questão muito importante, era a questão esportiva e cultural da Cidade; devido à pandemia, devido aos Decretos Estadual e Municipal, diversos itens foram suspensos, e ele entendia perfeitamente a necessidade disso acontecer, o que muito o preocupava era que existiam diversos chamamentos públicos no Município, onde os professores recebiam mediante o trabalho, e estava muito complicado, complexo e difícil porque eles estavam sem receber, entendia, porque eles não estavam executando nenhuma atividade, mas, por que não inovar, perguntou; tinham muitos cursos da Escola das Artes que podiam ser feitos virtualmente falando, várias aulas que poderiam ser dadas, até para mais alunos, sendo virtual; na questão esportiva, não dizia em todas as categorias, mas daria para fazer alguma coisa, também nesse mesmo sentido e, naquele momento, era até muito importante a Cultura e o Esportes estarem presentes e eles conseguirem atender àquela população de alguma forma e também pensar naqueles professores que se dedicavam tanto para a cidade e num momento tão difícil como aquele, eles não estavam fazendo absolutamente nada para ajudá-los; disse que achava que seria muito importante aquelas duas questões, tanto no Esporte, como na Cultura, e que fez uma indicação aos Secretários e que esperava ser ouvido e que sempre tiveram um bom relacionamento de conversa, tanto no Esportes, como na Cultura, e tinha certeza que seria visto com bons olhos; disse que para finalizar, porque as pessoas precisavam começar a ter em mente, que a questão da flexibilização ela era muito importante, para a economia do país, era importante para o comércio local, era importante para todos, mas não podiam abusar disso; disse que, infelizmente, as pessoas estavam achando que aquela flexibilização era geral, onde se podia fazer tudo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que se fazia há três, quatro meses atrás, e ele trazia isso por quê? O bairro Colinas do Castelo e a Praça Mogi Mirim estavam virando uma aglomeração tremenda, e que ele não sabia quais as medidas que estavam sendo tomadas pelo município, mas tinha que ser olhado urgentemente, porque na cidade estava aumentando os casos, inclusive ele tinha feito um pedido agora, de informar a Casa as subnotificações, que eram muitas subnotificações em Jaguariúna e que isso era muito importante, para eles terem ciência; e a questão daqueles dois pontos que eram históricos na cidade, tanto a Colina quanto a Praça Mogi Mirim, estavam sofrendo muito com a aglomeração de pessoas naquele período; pediu, então, um olhar para as autoridades responsáveis e também falar para a população ter um pouco mais de consciência naquele momento, e que era importante para eles conseguirem flexibilizar e abrir as portas do comércio em geral, se os números se mantivessem positivos, senão eles poderiam voltar para trás e voltar uma faixa, e isso não iria ser bom pra ninguém; por isso, quem pudesse, naqueles momentos de lazer, pediu para que ficassem em casa, não fossem num lugar público como aquele, sujeito à aglomeração e à contaminação; disse que achava que era aquele o recado; muito agradeceu e que todos tivessem uma boa noite; a seguir, tomaria a palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana que a passou; tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou aos nobres Vereadores, aos Servidores da Câmara Municipal, a todos os que os acompanhavam pelas redes sociais aquela última sessão ordinária do primeiro semestre de dois mil e vinte, e que ele gostaria de iniciar ali, que no sábado foram surpreendidos ali com uma notícia muito triste, que foi o falecimento da amiga de todos, a Lourdes Lemos, uma ministra da Comunidade São Francisco, atuante na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, que deixou um legado, uma história junto àquela comunidade de serviço, de amor ao próximo, de dedicação à sua comunidade, à sua fé; deixou ali seus sentimentos de pesar a todos os familiares e amigos da querida amiga Lourdes; a seguir disse que teve a oportunidade, junto ao Vereador Fred, de apresentarem uma moção sobre o adiamento das eleições, e que foi uma matéria que eles debateram ali na Casa, na semana anterior, era um assunto relevante, importante, porque já tinham colocado ali a questão das eleições municipais, muitas vezes serem testagem, testagem de novo modelo eleitoral, testagem de situações inusitadas no sistema eleitoral brasileiro e, daquela vez, estavam diante de uma pandemia e que foi assim a moção deles, encaminhada ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do TSE e ele teve uma notícia jornalística, disse ao Vereador





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Fred, que havia uma previsão, um estudo, para o dia quinze de novembro a realização do primeiro turno das eleições, mas ainda não consolidado, e naquela próxima sexta-feira, provavelmente, eles teriam uma reunião do Parlamento da Região Metropolitana, tanto que eles estavam encaminhando também para o Parlamento e seria objeto de discussão; confirmando a reunião, eles iriam participar da reunião, ele e o Vereador Silva e quem mais quisesse participar, e aí viriam para a Câmara, e que eles podiam fazer dali do Plenário deles e debater isso com os outros, de outras Câmaras Municipais, Presidentes, e que achava que era um assunto que afetava a todos; a seguir, parabenizou o Poder Executivo em parceria com a Universidade de Jaguariúna, a UNIFAJ, da inauguração no dia anterior, da UBS Lauro Zoia, e que era o projeto de lei do Vereador Magrão, no bairro do Tanquinho Velho; importante equipamento público de saúde para aquele bairro, talvez um dos bairros mais antigos da cidade que carecia, sim, de investimentos na saúde; disse que era importante salientar que, no momento de maior crise de Saúde que eles viviam, o Município de Jaguariúna vinha apresentando resultados, inclusive apresentando novos equipamentos para saúde os munícipes de Jaguariúna; parabenizou a Administração Municipal, e também a UNIFAJ pela parceria, e também toda aquela comunidade que iria usufruir daquele novo equipamento; disse que queria tocar um pouco no assunto da questão da Covid-19, e que os números da estatística daquele dia, os chamavam a atenção, que havia um princípio de crescimento dos dados da cidade; avançaram em mais um óbito, e o que chamava a atenção, naquele óbito, era uma pessoa jovem, de quarenta e oito anos, sem comorbidades, que evoluiu rapidamente, para aquele cenário daquele dia; disse que isso provava que eles tinham um inimigo em comum, não só Jaguariúna, não só o Brasil, mas o mundo todo, que era esse vírus, mas o País conseguia criar mais crises, então se tinha crises políticas acontecendo, tinha problemas sociais acontecendo, quando eles brigaram ali pela flexibilização e ali foi um clamor de diversos Vereadores da Casa, era uma flexibilização consciente, onde eles precisavam voltar a trabalhar, precisavam voltar a uma rotina de trabalho, de vida, mas não podiam ter os excessos, e naquele final de semana, eles constataram ali por diversos meios que houve um abuso na cidade, concentrações desnecessárias de pessoas, muitas vezes, e na região também, de Campinas, viu pelas matérias jornalísticas, os pancadões, os encontros, que isso era totalmente desnecessário, naquele momento, e que eles tinham que preservar pela saúde pública, como eles avançaram para laranja, eles podiam regredir para vermelha, e isso iria causar impacto na vida de todos eles; eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

queriam, se Deus quisesse, disse ao Vereador Fred, que em agosto eles voltassem com o Plenário cheio de pessoas, para participar da sessão, era o que eles torciam e lutavam para que acontecesse, mas se eles regredissem, eles iriam esticar cada vez mais o problema, e o inimigo deles ganhava força, e esse vírus ganhava força, e ia prejudicando toda a estrutura que eles tinham na sociedade; como ele falou da crise, ele queria abordar também, a questão da “fake News”, e que se solidarizava ao Vereador Fred, e que era um absurdo, um absurdo, eles terem em momentos eleitorais pessoas tão covardes que se escondiam atrás de perfis falsos para atacar a honra e a moral das pessoas, não tinha coragem de debater ideias, de elaborar projetos, de construir na cidade de Jaguariúna uma proposta para poder a cidade crescer, com estrutura, desenvolvimento, mas era mais fácil criar um “fake news” e se esconder atrás de um computador, e ficar fazendo e falando bobagem; disse que a Vereadora Cássia foi muito feliz, também, nas suas colocações, quando disse da questão da lei, era uma questão educacional, e que era tão criminoso quem fazia a “fake news” e a propagava, como aquele que compartilhava; disse que quando eles viam situações como aquela, cada um deveria fazer a sua parte, abominassem isso, pediu, bloqueassem, isolassem esse tipo de pessoas fantasiosas, mentirosas, “fakes”, que estava nas redes sociais, porque, no hoje, era muito interessante rir do que estavam dizendo do outro, e quando fosse dele mesmo? E ai? Perdia a graça a brincadeira, não era? Perdia a graça; disse que ali fazia o seu repúdio à situação, disse ao Vereador, e se solidarizava com ele, naquele momento; disse para encerrar seus últimos segundos, parabenizou à Secretaria de Esportes pelo “Projeto Esporte em Casa”, aulas pela internet, para todos os seguimentos, estavam acompanhando aí, e que naquele dia, inclusive, o tema foi “funcional”, com o professor Bruno e outros e era um projeto muito bacana que a Secretaria de Esportes desenvolveu e estava aplicando para que as pessoas, em casa, pudessem se exercitar e com isso aumentar a sua resistência e com isso, automaticamente, ajudar a combater o coronavírus; muito agradeceu e desejou boa noite. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei 023/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, 'a' § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos que, de depois de cumprimentar a todos, disse que aquele projeto de lei era uma prerrogativa do Executivo e que foi com base no artigo nono da Lei Complementar Federal cento e setenta e três, que ela foi editada em virtude da pandemia COVID 19 e aqueles valores que a Prefeitura passaria a deixar de recolher, aprovando lá aquele projeto de lei, eles tiveram lá, naquela semana, a presença do representante do JaguarPrev apresentado aquele valor e ele fez uma pesquisa no balancete que a Câmara recebia no mês de abril das despesas liquidadas em relação ao Regime de Previdência Municipal e ficou em torno de um milhão de reais e até o final do ano a Prefeitura iria deixar de recolher o Regime Próprio de Previdência, em torno de onze milhões de reais; disse que tiveram no mês de maio a Audiência Pública das Metas Fiscais e viram a evolução da Receita Corrente Líquida de Jaguariúna e ele iria até passar alguns valores lá, iria arredondar, e que, no primeiro quadrimestre de dois mil e dezenove, trezentos e cinquenta e dois milhões; segundo quadrimestre de dois mil e dezenove, trezentos e quarenta e sete milhões; terceiro quadrimestre de dois mil e dezenove, trezentos e sessenta e oito milhões; primeiro quadrimestre de dois mil e vinte, trezentos e setenta e um milhões; disse que eles sabiam que poderia ter reflexo na Receita do Município, a pandemia mas, até o primeiro quadrimestre de dois mil e vinte eles viam que estava equilibrado, comparado com o primeiro quadrimestre do ano passado, foram vinte milhões a mais que o Município arrecadou; em relação à operação de crédito que a Câmara aprovou a autorização de empréstimo, em dois mil e dezenove, de dois milhões e trezentos, até abril, três milhões e seiscentos, eram seis milhões de empréstimo que a população de Jaguariúna iria pagar em breve; ele falou que iria votar contrário àquele projeto de lei porque ele achava que ele poderia ter esperado um pouquinho mais, ter apresentado um pouquinho mais para a frente, esperar um pouco a evolução de tudo aquilo para ver como ficaria; via que o Município não tinha preocupação em cortar gastos, vários Vereadores lá tinham falado a respeito dos cargos em comissão; disse que, para que as pessoas tivessem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conhecimento, a partir de março foram seis exonerações em cargo em comissão e seis nomeações, então, ficou na mesma, os cargos em comissão eram cento e noventa e quatro existentes e cento e noventa estavam ocupados, e que ele pensava que a Prefeitura deveria primeiro cortar gastos ao invés dela evitar pagar o que ela devia; eles sabiam que os servidores não iam perder em relação àquele projeto sendo aprovado, porque era um direito, era para pagamento de aposentadorias, de pensões futuras dos servidores municipais do Regime de Previdência Municipal mas, o povo de Jaguariúna iria perder porque iria pagar juros, iria ter correção sobre aqueles valores, então, ele pensava que, primeiro deveria cortar gastos e a Prefeitura não estava fazendo aquilo, por isso ele iria votar contrário, ele sabia que era prerrogativa do Executivo, era com base naquela lei complementar; em relação aos parcelamentos, ele entendia que ficavam suspensos, no artigo nono da Lei Federal; sabia que o Município tinha alguns parcelamentos, alguns débitos anteriores e o artigo novo falava que ficavam suspensos, e o que eles iriam votar naquela sessão era com base no parágrafo segundo, que se estendia o recolhimento das contribuições previdenciárias patronais, ele achava que deveriam esperar um pouquinho mais, poderia até apresentar aquele projeto um pouquinho mais para a frente, caso fosse necessário; disse que ele achava que o Município estava se precipitando naquele momento, por isso o voto dele era contrário àquele projeto de lei; agradeceu a todos; em seguida, pediu a palavra a senhora Cássia Murer Montagner que, mais uma vez cumprimentou a todos, e disse que ela queria declarar o voto dela, e no caso dela ela iria declarar a favor do projeto porque ela entendia a argumentação do Vereador Bozó e era aquela coisa que, infelizmente, eles abriam mãos de algumas coisas e aquele projeto não levava nenhum sacrifício para o servidor, naquele momento, e que um dos motivos da Prefeitura ter encaminhado aquele projeto, era o fato dela não ter declarado a calamidade pública, como outros municípios declararam e a decretação da calamidade pública causava alguns sacrifícios para a cidade e Jaguariúna achou por bem não decretar, então, precisava daquele projeto, naquele momento, para dar aquele alívio; uma das coisas que a decretação da calamidade pública não deixaria que acontecesse era o dissídio do próximo ano dos funcionários, então, pelo menos, conforme a coisa andasse, os funcionários poderiam fazer uma discussão salarial com a Prefeitura e terem um aumento, então, ela achava que a Prefeitura avaliou bem na questão do menor sacrifício porque, realmente, a crise econômica era avassaladora para todos os municípios, inclusive para o deles e ela achava que tinha sido uma boa solução até o momento; disse que ela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

declarava o voto dela favorável; em seguida, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez cumprimentou a todos, e disse que ele também gostaria de tecer alguns comentários a respeito daquele projeto e lá declinar o voto favorável dele; eles tiveram a oportunidade de terem uma primeira reunião com o Executivo, em questão de uma semana atrás, e tiveram a oportunidade de chamar, naquela Casa, o Sindicato dos Servidores Públicos e também teve a participação do Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos, para que eles soubessem a opinião deles com relação àquela falta de recursos que seria proposto naquele projeto de lei ao Fundo e nenhum deles se abstiveram ao projeto, pelo contrário, era bom ressaltar que o Prefeito garantiu que ele não decretaria calamidade no Município, então, de uma certa forma, as contas estavam equilibradas mas, que ele gostaria de ter aquele privilégio de não contribuir para o Fundo naquele período onde a Lei Federal já permitia que os Municípios que fossem Celetistas, que contribuía para a Previdência Nacional, não precisavam fazer aquilo, então, aquela lei era que estendia aos Municípios que tinham o Fundo Municipal de Previdência; ele achava que era uma oportunidade do Município equilibrar suas contas, tendo ainda aquela contrapartida de que não foi decretado calamidade pública, dando a oportunidade dos servidores, no próximo ano, se tudo aquilo passasse e se Deus quisesse, iria passar e se eles conseguissem aguentar financeiramente os impactos que, provavelmente, chegariam até o final do ano, a próxima Gestão pudesse sentar com o funcionalismo público e propor uma medida que fosse viável na relação patrão empregado, então, aquele seria o motivo principal para ele estar votando o projeto, que as pessoas, no próximo ano, tivessem a possibilidade de terem aquela condição de negociar no dissídio um aumento para o funcionalismo público, mas sabiam que teriam problemas de compromissos para poderem devolver aos cofres do Fundo aquele recurso que seria deixado de pagar naquele período de oito meses; disse que ele só queria deixar claro o voto favorável dele por aquilo que foi apresentado como proposta aos servidores públicos, com o aval dos servidores públicos que estiveram, lá e do Presidente do JaguarPrev; em seguida, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto que cumprimentou a todos dizendo que ele seguia o nobre colega Luiz Carlos de Campos e que tinha um posicionamento, ele iria fazer a comparação com o Executivo, que ele fez com o Governo do Estado e que, primeiro, que o Governo do Estado fechou o primeiro, se cortava a questão da Previdência, suspendia, porque iria pagar adiante, para depois pensar em economia, então, aos olhos dele, eles estariam indo na contramão do que teria



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de ser feito, porque as futuras administrações teriam de pagar aquela conta; disse que, no ano corrente, o recurso não caiu, não despencou como poderia cair nos próximos dois anos e aquela conta ficaria futura para os próximos Prefeitos pagarem e, no ano corrente que, até então, as contas estavam equilibradas, muitas coisas fechadas da economia, poderiam estar pagando aquele valor sem problema algum e para ele era um oportunismo da Administração utilizar daquela legislação; não era porque não estavam tornando a cidade em calamidade pública, não estavam tornando porque não tinha a necessidade de tornar, seria uma incoerência, tinham municípios vizinhos que as Receitas deles eram metade da de Jaguariúna com a mesma população, então, tinha Receita à vontade em Jaguariúna se fosse bem administrada; disse que aos olhos dele estava sendo oportunismo, porque o funcionário continuava pagando a parte dele e o Município que teria condições de continuar fazendo a sua parte não estava, então, era como o Governo do Estado que, primeiro fechou o comércio, depois colocou a obrigatoriedade da máscara e era o que acontecia em Jaguariúna, primeiro, cortava as obrigações do Município para depois criar maneiras eficientes, como cortes de despesas, como exoneração de comissionados e era aquilo que estava faltando na cidade, um pouco mais de administração consciente e responsável, então, por isso o voto dele era contrário e pedia o voto aos nobres colegas Vereadores; em seguida tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele queria tecer alguns comentários, também, retornando um pouquinho no tempo, duas semanas atrás tiveram a oportunidade de discutir aquele projeto, onde foi apresentada a proposta e, prontamente, durante a discussão e ele tomava a liberdade de citar o nome do Vereador Fred, onde requereu que fizessem um convite para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e também para a Administração da JaguarPrev para debaterem com os Vereadores daquela Casa e daquela forma foi feito; na quarta-feira passada estiveram presentes na reunião dois membros do Sindicato e um membro da Diretoria e o Presidente da JaguarPrev para prestarem esclarecimentos aos Vereadores lá presentes; disse que foram muito esclarecedoras as colocações, onde eles não teriam nenhum impacto naquele processo e aquilo não iria afetar o servidor e a proposta principal na discussão era que, se o Município decretasse estado de calamidade pública, no próximo ano seria impossível discutir qualquer tipo de dissídio para o servidor público, porque a lei cento e setenta e três do Governo Federal tirava aquela possibilidade dos municípios e só aconteceria aquilo no ano de dois mil e vinte e dois e, diante das informações



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

apresentadas, da concordância das instituições que gerenciavam aquele recurso, eles fizeram diversos questionamentos; lembrou que tiveram uma perda no período da pandemia de, aproximadamente, quinze milhões de reais que acarretaria nos cofres públicos um impacto que tinha de ser absorvido de alguma maneira e sabendo que a Lei Federal cento e setenta e três foi de iniciativa do Governo, através do Presidente Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para poder socorrer os entes naquele momento maior da crise e que era uma crise que nunca o mundo passou, eles não sabiam as consequências dela ainda e que sabiam que tinham de planejar aquela sequência dela e o Governo Federal, fazendo aquela medida, deu aos municípios da iniciativa privada a prerrogativa de adiamento daquele pagamento, jamais iria deixar de pagar, até porque tinham outras leis que faziam obrigações sobre aquilo, que era a Lei de Responsabilidade Fiscal, que eram as leis que regiam a Administração Pública, então, o Gestor que deixasse de cumprir com aquelas obrigações, automaticamente seria penalizado pelo Tribunal de Contas, seria penalizado pelo Ministério Público, com certeza, por improbidade administrativa, então, quando eles discutiam aquilo, eles estavam pensando no servidor público, no servidor que poderia pleitear, a partir do próximo ano, aquele dissídio e, naquela Casa, eles discutiram aquela possibilidade e que o servidor tinha, sim, de ser valorizado e, naquele momento, adiar o pagamento não era deixar de pagar mas, sim, no momento de maior crise, eles terem a condição de levar à discussão e, no próximo ano, pleitearem melhorias para o funcionalismo público do Município de Jaguariúna; ele não sabia se chegaria até ele a votação daquele projeto, mas ele se manifestava favorável àquele projeto desde a sua origem; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que só para deixar claro que, em nenhum momento, ele disse que a Prefeitura não iria ter de recolher aqueles valores futuramente e, sim, a Prefeitura iria ter de pagar, futuramente, por aquilo; falou que ele disse que o servidor não iria perder, ele sabia que o pessoal que era aposentado pelo Regime Próprio, o Regime tinha condições, não dependia daquele dinheiro para que eles continuassem recebendo as suas aposentadorias e pensões, aquilo não iria interferir, mas o que ele estava dizendo era que a população iria acabar perdendo porque, quisessem ou não, iria ter incidência de juros, correção monetária e outros valores que iriam acabar aumentando o que teria de ser recolhido na Previdência e aquela Lei Complementar Federal iria contribuir com seis milhões de reais, que foi dito pelo nobre Presidente, então, iria ser mais um recurso que estaria entrando nos cofres públicos e que era para



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

usar no combate à pandemia, aquela lei vedava o aumento de despesa com pessoal, ele não conversou com ninguém especialista naquela área mas, ele achava que a Revisão Geral Anual que era do artigo trinta e sete da Constituição Federal era diferente de um aumento de despesa com pessoal, ele achava que a Revisão Geral Anual não seria afetada em relação aos servidores públicos e que o que a lei falava era aumento de despesa e quando falava em aumento de despesa a Lei de Responsabilidade Fiscal, como o nobre Presidente citou, ela se baseava em percentual sobre a Receita Corrente Líquida, então, ele pensava que iria ser naquela forma que estaria sendo fiscalizado pela Câmara e pelo Tribunal de Contas mas, ele pensava que a Revisão Geral Anual não seria comprometida, ele pensava que era só o aumento de fato, sem ser a reposição de servidores; em seguida, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que falou daquela questão que o pessoal levantou dos seis milhões, era preciso que entendesse aquilo, pelo menos ele leu aquilo e disse que aquilo não iria chegar de uma vez só e, sim, parcelado e iria cobrir perdas com o ICMS e, daquele total, que iria direto para a questão da Saúde, seria oitocentos mesmo e eles tinham de esclarecer que não eram os seis milhões que iriam para a Saúde, ele seria dividido daquela forma para cobrir a perda do ICMS e oitocentos mil sim iriam para a questão da COVID; a seguir, pediu a palavra o senhor José Muniz que, depois dos cumprimentos, parabenizou o Fred e o Waltinho e fazia dele as palavras deles e que ele participou das duas reuniões, também, tanto com o Executivo quanto com o Sindicato, o Presidente da JaguarPrev e ele respeitava a decisão do Bozó e ele era favorável ao projeto e ele via da importância do projeto, naquele momento, e, como o Bozó frisou, os funcionários não estariam sendo lesados a nada e eles não sabiam o que viria pela frente e até quando iria a pandemia e tinham de fazer o papel deles, também; disse que ele achava que o projeto não iria interferir em nada e, naquele momento, como o Fred falou, o projeto chegou em boa hora e tinha o apoio dele que o voto dele seria favorável ao projeto; em seguida, pediu a palavra a senhora Tais Camellini Esteves que, depois de cumprimentar a todos, disse que ela achava estranho ser tanto dinheiro que se discutiam lá, eram sete milhões que chegaram para a COVID, era gente que precisava fazer exame e tinha de ir para fora; o Juninho Luporini estava internado e precisava de treze mil reais por dia, era tanto dinheiro que se discutia e que não resolvia nada, era tanto dinheiro para a Saúde e perguntou por que ele não pegava aqueles sete milhões do Executivo e começava por naquelas pessoas que precisavam para exames, o menino que estava internado lá entre a vida e a morte, treze mil reais por dia, aquilo a revoltava, ela pedia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

desculpas a todos lá mas, aquilo a revoltava; pegassem aquele dinheiro e colocassem naquelas pessoas que precisavam fazer teste e que fizessem o teste em massa em Jaguariúna mas, que não ficassem tapando o sol com a peneira, as pessoas estavam morrendo, precisando de ajuda, o dinheiro chegou e ninguém usava aquele dinheiro e, para falar o português claro, estavam metendo a mão naquele dinheiro, só podia ser; agradeceu a todos; em seguida, mais uma vez pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo para a colega Tais que ela iria lá (naquele momento houve falas da senhora Tais Camellini Esteves fora do microfone), e ele continuou dizendo que entendia e que a fala dele ia ser que, de toda aquela discussão, passaram-se três e pelo menos eles escutaram muito que o Município estava endividado, passou-se três anos e meio e estavam na maior crise que o País poderia estar enfrentando e o Município estava abrindo mão de várias situações para dizer que, justamente, ele não estava com dificuldades financeiras, era o que ela estava falando, e o Município para provar, realmente, tudo aquilo que o Bozó sempre falou e que eles sempre falaram, o Município sempre teve dinheiro e cada um o administrava como bem eleito fosse para administrá-lo, enfim, daí cabia à população, realmente, analisar tudo aquilo que estavam discutindo mas, enfim, passou um período longo de tempo e estavam na maior crise que iriam enfrentar de Saúde e estavam observando que o Município, financeiramente, estava sadio, ainda, ajustando de um lado e de outro, e se os recursos não estavam indo, devidamente, em determinadas áreas, era questão de cada um administrar o recurso que tinha, mas que tinha recursos para ser bem administrado, aquilo tinha, e passaram três anos e meio para verem aquilo e com todos aqueles problemas e ouviam que estava tudo em ordem e que só iam deixar de pagar o Fundo que as contas iriam fechar e foi aquilo que foi informado a eles e revendo os pagamentos e tudo o mais, mas a conta iria fechar e eles sabiam quer tinham municípios que estavam no vermelho e, ele voltava a dizer, que ele achava que era uma oportunidade para o Governo equilibrar as contas também, haja visto que tinha o respaldo da Lei Federal, era a opinião dele e por isso que ele era favorável ao projeto e ele foi bem debatido e ele estava bem ciente daquilo, ainda mais naquele momento, dizendo que o Município, financeiramente, estava bem e recuperado; disse que tinha de ter uma Gestão que funcionasse tudo; em seguida, mais uma vez, pediu a palavra a senhora Tais Camellini Esteves que ressaltou que se chegaram sete milhões para o tratamento da COVID, fizeram um Hospital de Campanha maior do que o UPA, parecia a Segunda Guerra Mundial lá, para nada, as pessoas tinham de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sair para fazer o teste em outra cidade, que raio de Gestão que era aquela que não dava conta daquilo? As pessoas estavam morrendo por causa da COVID, o dinheiro tinha, e tinha de sair, ir para Itapira fazer o teste e que aquilo era uma vergonha e que era má administração, era aquilo que se chamava; agradeceu a todos. A seguir, em votação o Projeto de Lei 023/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, foi o mesmo aprovado por nove votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2020, do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Relson de Oliveira (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Prmeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão, pediu a palavra o senhor Cristiano José Cecon dizendo que, sobre o senhor Relson, ele tinha muito respeito por ele, uma pessoa muito educada que sempre quis apaziguar com muita educação, com muito respeito as cobranças dele junto à CPFL; disse que ele votaria sim, com toda a certeza, porém, ele não deixava de falar o que ele achava, que a CPFL era uma multinacional chinesa cobradora de valores incabíveis e de qualidade duvidosa; a seguir, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, depois de novamente cumprimentar a todos, disse que ele só queria destacar uma coisa que era muito simbólico para eles, que algumas grandes empresas atuavam no Município como os bancos, a AMBEV e outras e, às vezes, não tinha alguém, naquela empresa, que fosse referência da comunidade e o Relson fazia aquele papel, ele trabalhava naquela empresa que era a CPFL mas, ele tinha aquele papel muito legal junto deles, eles tinham um canal muito aberto com ele e ele achava que toda empresa grande, que prestava serviços para a população, teria de ter alguém com aquela característica do Relson; fora aquilo, ele era uma pessoa que eles conheciam há muito tempo e era uma pessoa agradável, receptiva e ele só queria destacar aquilo; a seguir, pediu a palavra o senhor Ângelo Roberto Torres dizendo que ele gostaria de estender as palavras do Silva e do Cecon e que era uma satisfação para eles estarem apresentando aquele título, pela pessoa que era o Relson, independente da empresa que ele estava, pela pessoa, pelo carinho que ele tinha com as pessoas, frente à empresa, na qual ele trabalhava mas, como a pessoa que ele era, sempre procurando estar fazendo o bem, ajudando às pessoas, às vezes



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cobrando das empresas, por isso que ele analisou, avaliou para estar apresentando aquele título para ele e ele achava que era uma pessoa merecedora daquele título, um jovem muito batalhador, trabalhador, que desde criança sempre lutou para o melhor; agradeceu o apoio de todos e contava com eles para aprovar aquele título de cidadão ao Relson Oliveira; a seguir, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto parabenizando o nobre colega Neguita; disse que o Relson deu cara para uma instituição tão grande como a CPFL e quando se falava em CPFL, se falava em Relson, era um cara muito solícito, atendendo à população de Jaguariúna há muito tempo, e ele vestia a camisa da empresa, sim, e vestia a camisa da população de Jaguariúna, sempre muito dedicado, esforçado, dando todas as respostas possíveis, nunca se negou a fornecer nenhuma resposta ou até mesmo dias à noite em falta de energia, munícipes com qualquer motivo, poderia até ser por desligamento, por falta de pagamento e aquele cara estava atento a todo momento, podendo dar todo suporte para a população, não olhava cara, não olhava cargo, uma pessoa que, realmente, se preocupava com a cidade, então, com certeza merecia aquele título, independente da instituição que ele trabalhava e que o Cristiano defendia com toda a razão do mundo, os chineses estavam tomando conta do País e com a CPFL, a questão de energia só estava aumentando; independente daquilo; ele achava que o Relson era uma marca positiva da empresa e era uma marca positiva para a cidade de Jaguariúna, então, o voto dele, que era secreto, mas ele iria deixar registrado, era favorável, porque era uma pessoa que, realmente, merecia aquele título; em seguida, pediu a palavra o senhor José Muniz que, mais uma vez, cumprimentou a todos e parabenizou o Neguita pelo título de cidadão; disse que o Relson era uma pessoa maravilhosa, que dispensava comentários e tinha o voto dele também favorável; parabenizou o Neguita e disse que foi bem lembrado o nome do Relson; a seguir, pediu a palavra o senhor Rodrigo da Silva Blanco que, cumprimentou a todos, e disse que, primeiramente, lá ele achava que deveria dar os parabéns ao Vereador Neguita pela iniciativa de dar aquele título para o Relson; parabenizou o projeto e aquela pessoa porque fazia tempo que eles votavam títulos e sabiam que era secreta a votação e, às vezes, ia a votação e eles já votavam; então, ele achava que tão especial que aquela pessoa era, abriu uma discussão lá e todo mundo estava manifestando o voto favorável e aquilo vangloriou mais o projeto, no pensamento dele; queria falar um pouco dele, fora o profissional, ele o conhecia há muito tempo, conhecia a família dele, já trabalhou com o irmão dele, já jogaram bola juntos há muito tempo atrás e, primeiramente, ele queria colocar a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

expressão dele como pessoa, como família e como a vivência dele, a educação dele, e lá ele queria manifestar o voto dele também favorável; parabenizou o Relson porque ele merecia e também disse que aquilo calhou pelo trabalho dele naquela instituição e que ele se lembrava dele há vinte anos atrás ou até mais um pouco, ele tirava leitura, ele saía nas ruas andando a pé, tirando leitura na época da antiga Companhia Jaguari, que era no centro, então, aquela era a imagem que tinham dele e ele cresceu e, atualmente, ele ocupava o topo daquela empresa, e também aquilo vangloriou mais a pessoa que ele era merecidamente, não foi só por causa daquilo, de profissional que ele era, porque ele merecia aquele título como pessoa, com a família que ele tinha e lá ele queria falar do voto favorável dele; parabenizou-o pelo trabalho dele diante daquela instituição e disse que ele sabia que não era fácil, eles tinham as cobranças e como ele disse aos Vereadores, nunca mediu esforços para os estar atendendo, para estar dando informações; externou seu voto favorável dizendo que seria de grande gosto; lembrou, diante daquela instituição, e ele não se lembrava os números certinhos, ele não iria perguntar onde estava, ele iria só, como ele tinha aquele canal de legislar como Vereador, ele iria saber onde estava passando e iria parabenizá-lo por destinar uma verba da CPFL, que chegou para vários municípios da região com alguns valores mas, entre máscaras, álcool gel e alguns EPIs a mais, ele também estava o parabenizando por aquela abertura, porque ele correu atrás daquilo de uma forma muito amistosa, ele conseguiu direcionar aquele ganho para o Hospital; parabenizou e disse para contar com o voto favorável dele, para ele e para a família dele; em seguida, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, ele queria parabenizar o Neguita pela proposta do nome do Relson, receber um título de cidadão merecidamente, ele achava que era ao Relson, não era pela instituição, mas era pela pessoa que ele representava na sociedade; galgou desde os menores cargos na empresa até um cargo de grande expressão, mas ele só gostaria de dizer que aquela discussão do projeto do nome do Relson, era de muito orgulho para ele, ele achava que era um pedido de desculpas, depois de oito anos, onde a polícia estava na casa dele, para prendê-lo, no dia trinta e um de dezembro, e ele não sabia se ele se lembrava daquilo, onde a Prefeitura não pagou a conta de energia e cortaram a energia da cidade e a turma estava lá para prendê-lo, então, lá a sociedade de Jaguariúna, através deles, Vereadores, estavam lá dando a ele aquele título de cidadão, de uma pessoa que dentro do trabalho dele, ele sempre fez com muita lisura, carinho e respeito, principalmente, pela população de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, então, tinha lá os pedidos de desculpas e desejou que ele fosse muito feliz com aquele título, porque ele era merecedor dele; parabenizou a ele mais uma vez e disse que passou oito anos e ele estava lá reconhecido por toda a sociedade, de todo mundo lá falando em alto e bom som da pessoa que ele era, diferente de oito anos atrás que a turma queria prendê-lo, e perguntou se ele se lembrava daquilo? Mandou um abraço a ele, um beijo no coração e o parabenizou, porque ele merecia; a seguir, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos que, mais uma vez cumprimentou a todos, e disse que ele também iria votar favorável ao projeto, ele conhecia o Relson há bastante tempo e ele até falou para o David que ele tinha tido uma atuação bastante positiva, e poderiam corrigi-lo, se estivesse errado, mas ele pensava que ele teve uma atuação bastante positiva na colocação de aquecedores solares em muitas casas, com o intuito de redução de energia elétrica, geladeira, então, era bastante merecedor, apesar de tudo aquilo, a pessoa que ele era, uma pessoa educada, que eles encontravam e podiam conversar a respeito da empresa, ele estava sempre disposto a esclarecer o que eles necessitavam, então, ele iria votar favorável e era bastante merecido aquele projeto apresentado pelo nobre Vereador Ângelo Roberto Torres; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor Rodrigo da Silva Blanco dizendo que só para esclarecer, ele se lembrou de uma mensagem que eles trocaram, que a CPFL estava fazendo a doação de máscaras, álcool em gel e testes rápidos para o Hospital Walter Ferrari de Jaguariúna, para a COVID 19 e a doação totalizaria duzentos e cinquenta mil; disse que ele estava no auge da emoção, era só para ressaltar lá, ele fugiu um pouco do projeto e pedia desculpas, agradeceu; em seguida, pediu a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva que cumprimentou todos, dizendo que ele também parabenizava o colega Vereador Neguita Torres pelo nome do Relson, merecido o título de cidadão e ele achava que não tinha nada para reclamar da pessoa do Relson, nem como profissional, e que foi muito bem dito pelo Fred que ele sempre foi muito solícito às demandas que foram passadas, sempre que o chamavam, ele ia até aquela Casa e o Relson estava em um novo desafio profissional e ele fez questão de mandar mensagem em um momento oportuno, o parabenizando, desejando sucesso na nova jornada que ele começou em Campinas; parabenizou o Neguita e disse que ele acertou a mão naquela indicação e que não era nem puxar a sardinha, nem nada, era só o reconhecimento de um cara que tinha um trabalho realizado em Jaguariúna, principalmente, na parte dos aquecedores solares que ele pôde acompanhar, geladeiras e por lá ia, então, que era um título merecido que eles votavam lá



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

favoráveis, com muita tranquilidade; o parabenizou e como ele havia mandado na mensagem, desejou sucesso na nova caminhada profissional dele lá; em seguida, tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele queria lá manifestar todo apoio ao projeto de decreto legislativo, onde o Vereador Ângelo Roberto Torres foi muito feliz nas suas colocações, em oferecer um título de cidadão jaguariunense, era uma pessoa que, realmente, fazia por merecer em toda a cidade de Jaguariúna com o seu trabalho, com seu caráter, com sua dedicação, em atender com profissionalismo e ética sempre pautado nas suas ações, então, realmente, aquela Casa fazia justiça a tudo e em poucos minutos estariam votando aquele título de cidadão jaguariunense e, se Deus quisesse, passada aquela crise de saúde pública, no final do ano corrente, com a cerimônia de entrega do título, estariam juntos para comemorar aquele momento; em seguida, pediu a palavra novamente o senhor Ângelo Roberto Torres dizendo que ele só gostaria mais uma vez de agradecer a todos eles e o Romilson falou que era uma bela escolha, mas ele achava que eles iam acompanhando os trabalhos da pessoa e que todos os que lá passaram, todos que receberam os títulos foram merecedores, e a pessoa do Relson, ele via que o Fred que era das antigas, ele achava que era a primeira vez que todos se pronunciavam, como o Magrão disse todos se pronunciavam em favor e ele até brincou com a Alzira falando para ela que o secreto tinha saído do secreto; o Relson, realmente, modificou até a sessão, no qual demonstrava o carinho de todos os Vereadores por ele, e que ele estava acompanhando lá, aproveitou para mandar um forte abraço e mais uma vez agradeceu a todos os Vereadores e que era merecedor do título o Relson Oliveira; a seguir, mais uma vez, pediu a palavra o senhor Cristiano José Cecon dizendo que começou com ele aquela discussão e terminou também com ele. A seguir, em Votação Secreta: primeiramente, foi feita a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Cristiano José Cecon e Rodrigo da Silva Blanco para auxiliarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: treze votos favoráveis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2020, do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Relson de Oliveira foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 002/2020, do Executivo Municipal, que acresce parágrafo único ao art. 85, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art.50, § 2º, III do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi apresentada a seguinte Emenda: Emenda nº 01 - Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 85, acrescentado pela Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 002/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 85 (...) Parágrafo único. No processo de revisão das alíquotas para o custeio do regime próprio de previdência social, os Poderes Executivo e Legislativo assegurarão a promoção de audiência pública em conjunto, com a participação da população, servidores públicos e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.” Em discussão a Emenda, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele iria votar favorável àquela emenda à Lei Orgânica, mas ele gostaria de fazer algumas considerações, comentando que ele não sabia se o senhor Presidente tinha conhecimento de uma portaria do Ministério da Economia que estipulava prazo; e que em relação às alíquotas do Regime de Previdência Social teriam de ser revistas com base na emenda constitucional cento e três que foi do final do ano e a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia editou aquela portaria e ele achava que deveriam ter bastante atenção em relação à ela, porque ele achava que não deveriam postergar muito em relação à definir aqueles percentuais, que tinham até percentuais mínimos que estavam dispostos na Emenda e na legislação pertinente também, então, ele pediu para colocar lá para os nobres Vereadores acompanharem; em seguida, ele fez a seguinte leitura: “Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo até 31 de julho de 2020 para adoção das seguintes medidas, em cumprimento das normas constantes da Lei nº 9.717, de 1998, e da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.” disse, naquele momento, que o prazo era até trinta e um de julho por isso que ele era favorável à audiência pública e tinham os percentuais mínimos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e ele achava que iria ter implicação naquilo e demorava muito para definir aqueles percentuais e deu seguimento à leitura: “inciso Um - comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho: a) da vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS, para atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, aos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 1998, e ao inciso XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008.” Disse, naquele momento, que o prazo e ele tinha aquela legislação e se os Vereadores quisessem ele poderia ler cada um daqueles dispositivos e a alínea B era o que eles iriam votar no projeto seguinte, era referente àquela alínea B; seguiu a leitura: “alínea b) da vigência de norma dispondo sobre a transferência do RPPS para o ente federativo da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão, para atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998, e no inciso VI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008; II - encaminhamento dos documentos de que trata o art. 68 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, relativos ao exercício de 2020, para atendimento ao disposto no § 1º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, ao inciso I do art. 1º e ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, e ao inciso II e a alínea "b" do inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008. Parágrafo único. O pagamento dos benefícios a que se refere a alínea "b" do inciso I do art. 1º, dentro do prazo de adequação estabelecido na legislação do ente, limitado ao prazo referido no caput, não será considerado para fins da verificação do atendimento ao inciso VI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008. Art. 2º Na definição das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS, para cumprimento da adequação a que se refere a alínea "a" do inciso I do art. 1º, deverão ser observados os seguintes parâmetros: I - Para o RPPS em relação ao qual seja demonstrada a inexistência de déficit atuarial a ser equacionado, a alíquota de contribuição dos segurados e pensionistas não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis aos segurados do Regime Geral de Previdência Social”, disse, naquele momento, que já tinha um parâmetro, no caso, se tivesse redondinho, não tivesse déficit atuarial, ele tinha pego aquele percentual do Regime Geral, até mil e quarenta e cinco, sete e meio por cento, de mil quarenta e cinco e um até dois mil e quarenta e nove, nove por cento, até três mil cento e trinta e quatro, doze por cento, acima de três mil cento e trinta e quatro a seis mil, catorze por cento; seguindo a leitura: “inciso II - Para o RPPS com déficit





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

atuarial: a) caso não sejam adotadas alíquotas progressivas, a alíquota mínima uniforme dos segurados ativos, aposentados e pensionistas será de 14% (quatorze por cento), na forma prevista no caput do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019”; disse, naquele momento, que já estava disposta lá, que dos servidores federais era onze por cento, do Regime de Previdência atual também era onze por cento, só que, no mínimo, era catorze por cento, então, não tinha como postergar muito, eles sabiam que era uma medida que era uma obrigação da Constituição Federal, não tinha como fugir, era mínimo aquilo, por isso que era saudável a audiência pública, e seguiu a leitura: “b) caso sejam adotadas alíquotas progressivas, será observado o seguinte: 1. deverão ser referendadas integralmente as alterações do art. 149 da Constituição Federal, nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; 2. as alíquotas de contribuição ordinária dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e suas reduções e majorações corresponderão, no mínimo, àquelas previstas no §1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019”. Disse, naquele momento, que no artigo onze da Emenda, também, tinham uns percentuais que iam além do Regime Geral de Previdência Social e seguiu a leitura: “§ 1º As alíquotas deverão estar embasadas em avaliação atuarial que demonstre que a sua aplicação contribuirá para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, nos termos do § 1º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019. § 2º Não será considerada como ausência de déficit a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit. § 3º A contribuição ordinária a cargo do ente federativo deverá ser adequada, simultaneamente, com a dos segurados e pensionistas, quando necessário para o cumprimento do limite de que trata o art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998”; continuou sua fala dizendo que não iria ter como fugir, era um projeto de lei de autoria do Executivo, estava lá disposto no artigo quarenta e três da Lei Orgânica, não tinha como fugir daquilo, tinham os percentuais mínimos, tinha implicação no caso se o Município fizesse aquela adequação, porque eram tantas aquelas legislações e tinha um artigo na legislação que uma das implicações era a suspensão de Emenda Orçamentária, era o artigo sete na legislação, a ausência daqueles percentuais, daqueles limites poderia causar implicação para o Município, como as emendas parlamentares, o Município poderia perder, não receber aqueles valores em virtude do descumprimento daqueles percentuais. A seguir, em votação a Emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. O Sr. Presidente teve direito a voto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. A seguir, foi apreciada a Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 002/2020, do Executivo Municipal, que acresce parágrafo único ao art. 85, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna. Em discussão, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que, como ele disse há pouco, uma lei que era base para aquela portaria do Ministério era a lei nove mil setecentos e dezessete dispendo sobre as regras gerais para a organização e funcionamento do Regime Próprio de Previdência, e que o artigo sétimo dela dizia: “O descumprimento do disposto nesta lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos Fundos, implicará a partir de primeiro de julho de mil novecentos e noventa e nove, suspensão de transferências voluntárias e recursos pela União; II - Impedimentos de celebrar acordos e contratos, convênios ou ajustes, bem como, receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de Órgãos ou Entidades de Administração direta ou indireta da União; III – Suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais”; disse que aquilo era o que o Município poderia se não obedecesse aquelas regras da Constituição Federal, da legislação do RPPS, daquela portaria da Ministério da Economia, além de outras legislações mas, o que ele pesquisou foram aquelas e que ele iria votar favorável, mas ele sabia que a Administração não poderia se furtar de encaminhar o projeto de lei para a Câmara para adequar aqueles percentuais, porque, de qualquer forma, o pessoal do Regime Geral que se enquadrava naqueles valores já tinham a alíquota de catorze por cento; agradeceu a todos; em seguida, tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele queria fazer breves considerações; primeiramente, agradeceu ao Vereador Luiz Carlos pela contribuição e discussão daquele projeto, enaltecendo-o nas suas observações, e que aquele projeto também era fruto de um trabalho feito naquela Casa, de clamor pelos Vereadores, nas audiências públicas, principalmente, matérias daquela envergadura que fossem ouvidas e discutidas com as pessoas interessadas diretamente; disse que foi saudável a quarta feira passada, a discussão junto com a JaguarPrev e com o Sindicato dos Servidores, quando tiveram a oportunidade de debater aquele projeto e demonstrar lá, que a audiência pública em conjunto entre o Executivo e o Legislativo, só engrandecia a discussão da matéria que era de relevância para os cofres públicos e de relevância para a saúde financeira do município ; falou que ao subir aquele projeto de Emenda à Lei Orgânica, fosse com as recomendações daquela Casa para que fossem observadas todas as portarias



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ministeriais, a Emenda à Constituição que, também, ensejou aquela discussão lá, para as observações e cautela do Poder Executivo quando apreciasse aquele projeto, que ele esperava que fosse aprovado por aquela Casa; lembrou a todos que tinha de votar em duas discussões com o interstício de dez dias, por isso tinha de convocar uma sessão extraordinária para logo após aquela ordinária para dez dias adiante para votarem e buscarem a aprovação daquele projeto; em seguida, mais uma vez, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele iria votar favorável e ele pensando que era bastante saudável em projetos polêmicos e ele até já sugeriu em outros fatos, outros projetos, porque se tivessem audiências públicas acabavam enriquecendo, e era só para reiterar que aqueles percentuais eram mínimos mas, que tinha de haver aquela legislação municipal, não tinha como fugir para deixar para o próximo ano e ele pensava que, além daqueles impedimentos que poderiam ocorrer, caso não fosse editada a lei com os percentuais, de, mais para a frente, se instituíssem a lei e os servidores tivessem de recolher percentuais, e ele também não sabia, ele só estava aventando aquela possibilidade retroativa, então, era importante o Executivo olhar com bons olhos aquela portaria para evitar prejuízos para os servidores futuros e também para o Município, e ele também pensava que, talvez, o descumprimento daquilo pudesse ensejar rejeição de contas e outras implicações que pudessem ocorrer, e era interessante o Executivo estar olhando aquela portaria. A seguir, em votação a Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 002/2020, do Executivo Municipal, que acresce parágrafo único ao art. 85, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município; 2. Projeto de Lei Complementar nº 009 de 2020, do Executivo Municipal que dispõe sobre o custeio de benefícios previdenciários previstos no Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 209/2012) pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, III do R.I., c/c Art.42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele iria votar favorável e que aquele projeto de lei era em virtude do artigo nono da Emenda Constitucional cento e três, no parágrafo terceiro dizia: “os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho, o salário maternidade, serão pagos diretamente pelo ente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

federativo e não ocorrerão do Regime Próprio de Previdência”, então, por isso que tinham de aprovar aquilo e também estava previsto na Alínea B no artigo, na portaria que ele leu havia pouco, e aquilo que o Vereador Alfredo havia comentado na reunião de Comissão a respeito do consignado, o parágrafo sétimo, ele sabia que não tinha nada a ver com a matéria, era só para estar complementando mesmo, que o parágrafo sétimo, artigo nono da Emenda Constitucional dizia: “Os recursos do regime Próprio de Previdência Social poderão aplicados na concessão de empréstimo ao seu assegurado”; disse que como o nobre Vereador havia dito lá, já tinha aquela previsão, eles sabiam que aquilo precisava da regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional, então, iria ter aquela possibilidade do Regime de Previdência, futuramente, de fazer o empréstimo consignado aos segurados; a seguir, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que era só para ressaltar que o projeto estava transferindo aquela competência do pagamento daqueles benefícios ao Município mas, ao mesmo tempo, dava ao município a prerrogativa de não repassar ao Fundo aquele impacto que ele iria assumir, então, iria diminuir aquele repasse de recursos, e ele estava só deixando claro aquilo para todos. Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 009 de 2020, do Executivo Municipal que dispõe sobre o custeio de benefícios previdenciários previstos no Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 209/2012) pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidos os seguintes Editais de Convocação: “Edital de Convocação nº 007/2020 - De Sessão Extraordinária: O Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 15ª (Décima Quinta) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Única Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei nº 024/2020, do Sr. Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a executar os serviços de cimbramento para o atendimento de situação emergencial; Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 009/2020, do Sr. Executivo Municipal, que dispõe sobre o custeio de benefícios previdenciários previstos no Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 209/2012) pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais; Em Primeira Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 010/2020, do Sr. Executivo Municipal, que prorroga o termo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

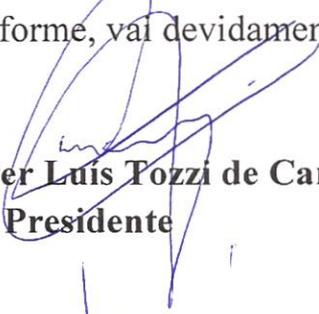
final do mandato dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Fundo Especial de Previdência Social – Jaguariúna Previdência. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 15ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 16 de junho de 2020 - Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo – Presidente . Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” “Edital de Convocação nº 008/2020 - De Sessão Extraordinária - O Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal para o dia 26 de junho de 2020, às 17h00, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 002/2020, do Executivo Municipal, que acresce parágrafo único ao art. 85, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna; 2. Projeto de Lei Complementar nº 010/2020, do Sr. Executivo Municipal, que prorroga o termo final do mandato dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Fundo Especial de Previdência Social – Jaguariúna Previdência. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 15ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 15 de junho de 2020 - Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral”. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, depois de cumprimentar a todos, disse que aquela discussão que o Fred levantou com o Waltinho, os prazos para as eleições, aquela era uma discussão que estava no Parlamento Metropolitano, eles conseguiram pautar e iria ser sexta-feira, a princípio, para as dez horas e que o Parlamento Metropolitano era aberto para os presidentes de Câmaras mais o pessoal que era da diretoria de lá, mas, eles iriam tentar abrir aquilo para todos os Vereadores da região, porque era uma preocupação que estava para ser colocada para todo mundo, muita

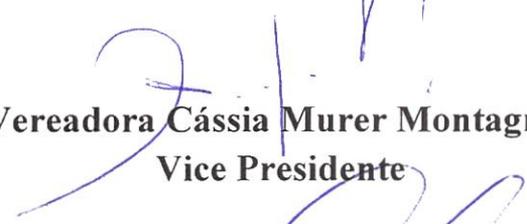


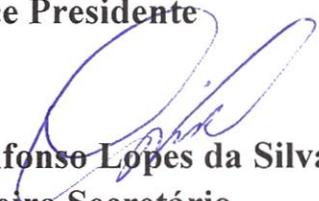
Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

gente preocupada com a questão de prazo, de fazer campanha, então eles iriam tentar abrir para todo mundo participar mas, não estava resolvido, ainda, porque com os negócios tecnológicos teriam de ver como colocariam gente na sala, então, iria ser, a princípio, às dez horas da manhã e iria estar aberto e ele esperava que todo mundo pudesse participar, porque teria lá uma discussão importante sobre o futuro das eleições municipais. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia quatro de agosto de dois mil e vinte, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas lembrando que, de primeiro a trinta e um de julho a Câmara Municipal estaria em Recesso Parlamentar, podendo ser convocada extraordinariamente, se necessário, e que daria, em seguida, início à Sessão Extraordinária, ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário